

**TERMO DE METAS Nº878/7461CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE E O (A) CASA DE CARIDADE DE OURO FINO, COM A INTERVENIENCIA DO MUNICÍPIO DE OURO FINO.**

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.516/0001-88, neste ato representada pelo(a) seu/sua Subsecretário de Políticas e Ações de Saúde, Carteira de Identidade n.ºM - 2.149.400, expedida pelo(a) SSP/MG, e CPF n.º559.547.906-04, com domicílio especial na Rodovia Papa João Paulo II, n.º 4.143, Serra Verde, Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições legais que lhe confere a Resolução SES/MG n.º 6.794, de 2 de agosto de 2019, doravante denominada **SES/MG**; e o Hospital CASA DE CARIDADE DE OURO FINO, neste ato representado (a) pelo (a) seu (sua) Representante Legal Octávio Miranda Junqueira, com domicílio especial na 13 DE MAIO, doravante denominado **ENTIDADE BENEFICIADA**, com a interveniência do Município de OURO FINO, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº, 18.671.271/0001-34, neste ato representada pelo (a) seu (sua) Secretário SHEILLA DE OLIVEIRA FARIA, Carteira de Identidade n.º MG - 11.994.361, CPF n.º 061.690.786-93, com domicílio especial na BARÃO DO RIO BRANCO, doravante denominado **INTERVENIENTE**, resolvem firmar o presente **TERMO DE METAS**, aplicando-se a este instrumento os arts. 29, 30, 37, 196 a 200 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; nos arts. 186 a 192 da Constituição do Estado de Minas Gerais; na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; na Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; na Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993; Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; no Decreto Estadual n.º 45.468, de 13 de setembro de 2010; Decreto com Numeração Especial nº 113, de 12 de março de 2020; Decreto nº 47.886, de 15 de março de 2020; Decreto Estadual nº 47.891, de 20 de março de 2020; Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 17, de 22 de março de 2020; Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.363, de 26 de março de 2021; na Resolução SES/MG n.º 4.606, de 14 de dezembro de 2014; Resolução SES/MG n.º 7.094, de 29 de abril de 2020; na Deliberação CIB-SUS/MG n.º 3.367, de 31 de março de 2021; na Resolução SES-MG n.º 7.461, de 31 de março de 2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente TERMO DE METAS tem por objeto a execução pela ENTIDADE BENEFICIADA das ações e serviços de saúde previstos na Resolução SES-MG n.º 7.461, de 31 de março de 2021, visando apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano Operativo de Contingência Macrorregional – Grade de Leitos do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus–COVID19.

PARÁGRAFO ÚNICO – O recurso financeiro previsto na Resolução SES/MG n. 7.461, de 31 de março de 2021, deverá ser executado observando-se o Plano de Trabalho aprovado pela Unidade Regional de Saúde (URS).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

Para a consecução do objeto expresso na Cláusula Primeira, competirá:

**I – À ENTIDADE BENEFICIADA:**

- a executar as ações/serviços de saúde previstos na Resolução SES-MG n.º 7.461, de 31 de março de 2021, em conformidade com os recursos humanos e técnicos próprios, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional;
- b cumprir os compromissos e/ou executar as ações/serviços/procedimentos constantes no Anexo Técnico;
- c aplicar o recurso financeiro exclusivamente na sua finalidade, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução mencionada no item anterior;
- d garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes;
- e movimentar os recursos recebidos em conta corrente exclusiva, nos termos do Decreto Estadual n.º 45.468, de 2010, observando em suas contratações o procedimento análogo ao licitatório, em conformidade com o regulamento próprio, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa, respeitados os princípios jurídicos insertos no art. 37 da Constituição Federal, assim como os da igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo;
- f assinar termo de autorização para que a instituição financeira onde foi aberta conta bancária para o repasse dos recursos forneça à SES/MG saldos, extratos e comprovantes das contas correntes, investimentos e operações de crédito, mantidas junto ao banco e relacionadas ao presente Termo;
- g submeter-se às normas do Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios;
- h manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas;
- i comunicar à SES-MG, com as respectivas propostas de soluções visando à não interrupção da assistência, os casos que demandarem a utilização de equipamentos, que porventura venham apresentar defeitos técnicos ou que necessitem de intervalos de uso para a manutenção ou substituição, bem como a ausência temporária de profissionais;
- j apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto;
- k manter registro atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;
- l manter atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico, conforme determinações do Conselho Federal de Medicina.
- m justificar as razões técnicas da não realização de qualquer ato profissional quando requerido, por escrito, pelo paciente ou por seu responsável;
- n garantir a precisão e a veracidade das informações apresentadas;
- o Durante a vigência do Termo de Metas, qualquer que seja seu valor ou objeto, a entidade deverá manter, em local visível e de fácil acesso a toda comunidade, as seguintes informações:
  - 1 estabelecimento integrante da Rede SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
  - 2 informações da Ouvidoria Geral do SUS, para sugestões, reclamações e denúncias;

3 O número do presente TERMO, contendo o valor, o objeto, metas e indicadores pactuados, a data de assinatura, e o período de vigência.

- p submeter-se à regulação instituída pelo Gestor Estadual;
  - q assegurar à Auditoria Assistencial, à Auditoria Setorial e aos órgãos de controle externo da Administração Pública o pleno acesso aos documentos originados em decorrência da aplicação deste TERMO;
  - r garantir o acesso dos Conselhos de Saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização;
  - s permitir o acesso dos técnicos daSES/MGaos registros, sistemas e informações, sempre que solicitado, excetuando os casos exclusivos de Autoridade Sanitária nas funções de Auditor Assistencial e Vigilância em Saúde;
  - t atender as diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH;
  - u submeter-se ao Controle Nacional de Auditoria – SNA, no âmbito do SUS, apresentando toda documentação necessária, quando solicitado;
  - v responsabilizar-se pela indenização de dano causado ao paciente, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis;
  - w responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado, vinculado ou preposto, em razão da execução deste TERMO;
  - x responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciários que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste Termo;
  - y respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente risco de vida ou obrigação legal;
  - z observar nas prescrições de medicamentos a Política Nacional de Medicamentos (RENAME e Genéricos), excetuadas as situações ressalvadas em protocolos aprovados pela ANVISA ou pela Comissão deFarmacoterapêutica;
- aa. adotar os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pelos Gestores Estadual e Municipal como referência nos atendimentos;
  - bb. participar das ações educacionais ofertadas pelaSES/MG;
  - cc. disponibilizar parte da estrutura do imóvel quando houver necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias;
  - dd. dispor de Alvará Sanitário vigente;
  - ee. possuir cadastro no Cadastro Geral de Convenientes (CAGEC) com a documentação prevista no inciso II do art. 3º do Decreto estadual 45.468, de 2020, atualizada;
  - ff. notificar a **SES/MG** de eventual alteração de endereço, de razão social e de mudança na diretoria e/ou Estatuto, enviando no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de registro da alteração, cópia autenticada e atualizada dos documentos que comprovem o fato, realizando as devidas alterações no SCNES;

gg. notificar à SES/MG, em até 15 (quinze) dias quando constatadas ocorrências sobre o não cumprimento das metas pactuadas, ou quaisquer outras alterações que interfiram na execução deste TERMO;

hh. registrar no sistema de informação adequado, e nos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos pela SES/MG, as atividades assistenciais realizadas;

ii. após a divulgação dos resultados do monitoramento realizado, atender ao disposto na Resolução SES/MG n. 7094/2020 quanto à validação e eventual apresentação de recursos;

jj. nos prazos estabelecidos, inserir e validar os dados referentes à prestação de contas do ano anterior no Sistema informatizados disponibilizado pela SES-MG, nos termos da Resolução SES/MG n.º 4.606/2014 (ou Regulamento que vier a substituí-la);

kk. apresentar à SES-MG o processo eletrônico de acompanhamento, controle e avaliação em até 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência deste TERMO;

ll. restituir eventuais saldos de recursos ou de rendimentos de aplicação financeira não executados ou não utilizados em observância ao disposto no Regulamento do programa ao Fundo Estadual de Saúde ao final da execução do TERMO, no ato da apresentação do processo de acompanhamento, controle e avaliação, exceto saldos apurados ao final da execução de termos destinados à execução dos programas de saúde, que se incorporarão à execução do termo respectivo subsequente.

## **II – AO INTERVENIENTE:**

- a acompanhar, em conjunto com a SES/MG, as ações relativas à execução deste TERMO;
- b fiscalizar, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde, as ações relativas à execução deste TERMO e seus anexos;
- c prestar orientações à ENTIDADE BENEFICIADA no intuito de que sejam cumpridos os compromissos e as metas pactuadas neste TERMO;
- d acompanhar o desempenho da ENTIDADE BENEFICIADA quanto ao cumprimento das metas;
- e manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) da ENTIDADE BENEFICIADA;
- f notificar a SES/MG, em até 15 (quinze) dias quando constatadas ocorrências que interfiram na execução das ações e serviços a que se refere este TERMO;
- g garantir a precisão e a veracidade das informações apresentadas.

## **III – À SES/MG:**

- a efetuar o repasse dos recursos financeiros referentes ao objeto deste TERMO a ENTIDADE BENEFICIADA;
- b apoiar os procedimentos técnicos e operacionais a serem executados, prestando a necessária assistência;
- c acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as ações relativas à execução deste Termo de Metas, em Nível Central e/ou regional;

- d monitorar, por meio de sistema eletrônico, o cumprimento das responsabilidades pelas partes envolvidas, notificando-as para tomada de providências quando necessário;
- e disponibilizar os resultados alcançados pela ENTIDADE BENEFICIADA nas avaliações realizadas, por meio do Sistema SiG-RES ou outro sistema eletrônico adotado pela SES;
- f realizar possíveis ajustes no valor financeiro do presente TERMO, conforme legislação vigente;
- g disponibilizar os resultados alcançados pela ENTIDADE BENEFICIADA nas avaliações realizadas, por meio do Sistema SiG-RES ou outro sistema eletrônico adotado pela SES;
- h monitorar, no Sistema SiG-RES ou outro sistema eletrônico adotado pela SES, o cumprimento das metas pactuadas em cada período de apuração.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO ORÇAMENTO E DOS RECURSOS FINANCEIROS**

- a Pelas ações e serviços de saúde especificados no presente TERMO, a SES/MG repassará à ENTIDADE BENEFICIADA o valor total estimado de até R\$ 115.000,00, sendo 30% destinado a despesas de capital e 70% com despesas de custeio, de acordo com a Resolução SES-MG n.º 7.461, de 31 de março de 2021, e Anexo Técnico deste TERMO.
- b O recurso financeiro necessário à execução das ações/serviços de saúde de que trata o presente TERMO será repassado do Fundo Estadual de Saúde para conta bancária de titularidade da ENTIDADE BENEFICIADA, conforme cronograma de desembolso previsto no Anexo Técnico.
- c No caso de a(s) parcela(s) ser(em) composta(s) por parte variável, o valor do repasse ficará vinculado ao desempenho da ENTIDADE BENEFICIADA em relação à(s) meta(s) do(s) indicador(es) desempenho discriminados no Anexo Técnico.
- d Os recursos destinados têm natureza de apoio financeiro para execução das ações de saúde relacionadas ao objeto deste TERMO, de natureza temporária e vinculada às metas pactuadas, não integrando, em nenhuma hipótese, a remuneração pela prestação de serviços contratados pelo SUS/MG.
- e As transferências dos recursos financeiros referentes ao exercício 2021, correrão à conta do orçamento do respectivo exercício por meio da Dotação Orçamentária nº 4291.10.302.026.1008.0001 - 335043 - 10.1 e 4291.10.302.026.1008.0001 - 445042 - 10.1.
- f Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias específicas aprovadas para os mesmos.
- g Os valores do recurso financeiro serão apurados na forma disposta no Anexo Técnico que integra o presente TERMO.
- h Os valores transferidos poderão ser alterados mediante a edição de ato normativo específico.
- i A ENTIDADE BENEFICIADA deverá movimentar os recursos recebidos em conta corrente exclusiva, vedada a movimentação para outras contas e utilização para outros fins.
- j Os pagamentos deverão ser realizados por meio da conta específica, por emissão de cheque nominativo, ordem de pagamento ao credor ou outro meio que comprove o destino do recurso, para quitação de despesa devidamente comprovada por respectivo documento fiscal.

- k todos os documentos de despesas realizadas deverão ser emitidos em nome da ENTIDADE BENEFICIADA, devendo estar corretamente preenchidos e sem rasuras, constando, inclusive, o número do TERMO que acobertou tais despesas.
- l A SES-MG suspenderá ou interromperá imediatamente o repasse do recurso financeiro até que a situação seja regularizada, nas seguintes situações:
  - a caracterização de risco pela Vigilância Sanitária;
  - b aplicação dos recursos financeiros de forma diversa à pactuada neste TERMO;
  - c descumprimento das obrigações estabelecidas neste TERMO ou na Resolução; e
- m As transferências intergovernamentais de que trata este TERMO poderão ser recebidas e classificadas no orçamento municipal conforme necessidade local, observado o disposto neste TERMO e no Regulamento do programa.
- n Os recursos utilizados por meio deste Termo deverão ser individualizados e segregado nas demonstrações contábeis da entidade, de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade para entidades sem fins lucrativos.
- o o valor do recurso financeiro a ser repassado à ENTIDADE BENEFICIADA foi definido de acordo com o número de leitos total do estabelecimento de saúde informado no CNES (referência janeiro/2021), conforme disposto no parágrafo único do art. 3º da Resolução SES/MG 7.461, de 2021;
- p o prazo para execução dos recursos financeiros será de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias, contados da data do efetivo recebimento do recurso pelo beneficiário;
- q os rendimentos provenientes de saldo de aplicação financeira devem ser utilizados de acordo com o previsto na Resolução SES/MG 7.461, de 2021;
- r os valores que não forem executados no prazo estabelecido deverão ser restituídos ao Fundo Estadual de Saúde, no ato da apresentação do processo de acompanhamento, controle e avaliação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO**

- a O processo de acompanhamento, controle e avaliação será realizado por meio de processo informatizado, nos termos da Resolução SES/MG nº 7094/2020 (ou Regulamentos que vierem a substituí-los), conforme cronograma de monitoramento previsto no Anexo Técnico deste TERMO.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o processo de adesão, execução, acompanhamento, controle e avaliação poderão ser realizados por meio físico, até que o sistema informatizado seja adequado para o gerenciamento desse Termo.

- b Após a divulgação dos resultados do monitoramento realizado, a ENTIDADE BENEFICIADA deverá atender ao disposto na Resolução SES/MG nº 7094/2020 quanto à validação e eventual apresentação de recursos.
- c A verificação da aplicação adequada dos recursos ao fim que se destina será realizada mediante a análise do atendimento das metas físicas e dos indicadores estabelecidos no referido Termo de Metas.
- d Os seguintes documentos devem ser preenchidos pela ENTIDADE BENEFICIADA no SiG-RES visando compor o processo digital de acompanhamento, controle e avaliação:
  - 1 relatório de execução financeira e física do termo, assinado digitalmente pelo representante legal da ENTIDADE BENEFICIADA;

- 2 demonstrativo financeiro da receita e despesa, evidenciando saldo anterior porventura existente, recursos recebidos, rendimentos auferidos em aplicações no mercado financeiro, e saldo ao final do termo;
  - 3 parecer da Comissão de Avaliação referendando o processo;
  - 4 restituição de saldo do recurso ou de rendimentos auferidos em aplicações financeiras não utilizados na consecução da finalidade ou objeto pactuado, quando for o caso;
  - 5 termo por meio do qual a ENTIDADE BENEFICIADA será obrigado a manter os documentos relacionados ao Termo.
- e Todas as informações prestadas serão de inteira responsabilidade de seus declarantes, sujeitos às penalidades administrativas, civis e criminais quando constada a sua falsidade ou inverdade.
- f A ENTIDADE BENEFICIADA deverá manter arquivados os documentos relacionados ao presente TERMO pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data em que foi aprovado o processo de prestação de contas.
- g Os seguintes documentos devem ficar arquivados na ENTIDADE BENEFICIADA:
- 1 cópia do protocolo de entrega do processo digital de acompanhamento, controle e avaliação;
  - 2 comprovante da contabilização dos recursos recebidos pelo município, órgão ou entidade beneficiada;
  - 3 nota de empenho do órgão/entidade/município beneficiado, se for o caso;
  - 4 balancete financeiro;
  - 5 relação de pagamentos efetuados;
  - 6 comprovante original dos documentos fiscais das despesas realizadas, rotuladas com o número dos Termos de Metas;
  - 7 extratos bancários completos da movimentação financeira e de rendimentos de aplicações no mercado financeiro, referente à conta bancária vinculada;
  - 8 demonstrativo dos rendimentos de aplicação financeira;
  - 9 termo de recebimento da obra ou serviço, quando for o caso;
  - 10 comprovante de devolução de saldo remanescente;
  - 11 atestado de execução do objeto do termo, expedido por setor competente do órgão ou entidade repassador do recurso;
  - 12 procedimento licitatório ou processo de compra, composto com os comprovantes de divulgação do edital da modalidade utilizada e respectivo resultado, procedimento de dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando for o caso;
  - 13 comprovantes e guias de retenções e recolhimentos de impostos e encargos sociais incidentes, se for o caso;
  - 14 contratos firmados para a execução do objeto pactuado, se for o caso; e
  - 15 termo de aprovação do processo emitido pelo órgão ou entidade responsável pelo repasse dos recursos, ou, no caso de irregularidade na execução, prova das providências adotadas para seu saneamento ou para o ressarcimento ao erário.
- h Constatadas irregularidades no cumprimento do termo, o processo será baixado em diligência pela SES, sendo fixado prazo de trinta dias para apresentação de justificativas, alegações de defesa, documentação complementar que regularize possíveis falhas detectadas ou a devolução dos recursos liberados, atualizados monetariamente, sob pena da

instauração de tomada de contas especial, em atendimento ao art. 47 da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008.

- i Caso os recursos disponibilizados não tenham sido aplicados no mercado financeiro ou ainda restituídos fora dos prazos estipulados, será aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor/INPC, sobre o valor da liberação financeira realizada ou sobre saldos porventura existentes.
- j nos prazos estabelecidos, a ENTIDADE BENEFICIADA deverá inserir e validar os dados referentes à prestação de contas do ano anterior no Sistema informatizados disponibilizado pela SES-MG, nos termos da Resolução SES/MG n.º 4.606/2014 (ou Regulamento que vier a substituí-la);
- k o processo eletrônico de acompanhamento, controle e avaliação deverá ser apresentado à SES/MG em até 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência deste TERMO;
- l deverão ser restituídos eventuais saldos de recursos ou de rendimentos de aplicação financeira não executados ou não utilizados em observância aodisposto no Regulamento do programa ao Fundo Estadual de Saúde ao final da execução do TERMO, no ato da apresentação do processo de acompanhamento, controle e avaliação, exceto saldos apurados ao final da execução de termos destinados à execução dos programas de saúde, que se incorporarão à execução do termo respectivo subsequente.
- m A prestação de contas contábil será realizada de acordo com a Resolução SES/MG n.º 4.606/2004 (ou Regulamento que vier a substituí-la).
- n As funções fiscalizadoras e de auditoria serão exercidas pela SES, por meio da Auditoria Assistencial, sem prejuízo do exercício do controle interno e externo.
- o Para fins de execução dos recursos, os municípios deverão apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação da na Resolução SES-MG n.º 7.461, de 31 de março de 2021, o Plano de Trabalho contendo as ações e prazos para execução dos recursos nos moldes do Anexo II da Resolução SES-MG n.º 7.461, de 31 de março de 2021.

§ 1º - A Subsecretaria de Políticas e Ações de Saúde emitirá Nota Técnica contendo as orientações necessárias para elaboração do Plano de Trabalho e execução dos recursos.

§ 2º - O Plano de Trabalho não é item condicionante do repasse dos recursos para o beneficiário, mas sua execução deve ser precedida do envio para a Unidade Regional de Saúde e aprovação pela mesma.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS INDICADORES E METAS**

O resultado pactuado neste instrumento é o descrito no Anexo Técnico deste TERMO, o qual poderá ser revisto por meio de Termo Aditivo.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO terá vigência de 6 (seis) meses, a partir da data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES**



Este TERMO poderá, a qualquer tempo, ser alterado mediante assinatura de Termo Aditivo, desde que devidamente motivado e que não seja modificado seu objeto.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA, EXTINÇÃO E RESCISÃO**

Este TERMO poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, bem como extinto, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da data estipulada para o término de sua vigência, ou rescindido de pleno direito, a qualquer tempo, unilateralmente, pelo Estado, ou de comum acordo entre as partes, ou por inadimplência da **ENTIDADE BENEFICIADA**, ou pela superveniência de motivos que o torne material ou formalmente inviável.

#### **CLAÚSULA NONA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

- a A ENTIDADE BENEFICIADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do objeto, estando sujeita às sanções previstas na legislação e neste TERMO, e conforme indicado a seguir:
- b A ENTIDADE BENEFICIADA permitirá a SES-MG a realização de inspeção em suas contas, registros e quaisquer outros documentos relativos à apresentação de ofertas e ao cumprimento do TERMO, e poderá submetê-los à auditoria realizada por pessoas designadas pelo respectivo Órgão.
- c Para isso, a ENTIDADE BENEFICIADA deverá:
  - 1 manter todos os documentos e registros referentes ao objeto por um período de dez (10) anos após a conclusão dos trabalhos contemplados no respectivo contrato;
  - 2 entregar toda documentação necessária à investigação relativa à fraude e/ou corrupção, e disponibilizar os empregados ou agentes que tenham conhecimento do objeto para responder a indagações provenientes da SES-MG ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor apropriadamente designado pela SES-MG para a revisão ou auditoria dos documentos.

PARÁGRAFO ÚNICO. Caso a ENTIDADE BENEFICIADA não cumpra as exigências firmadas ou de qualquer maneira crie a SES-MG obstáculos para a fiscalização, revisão ou auditoria dos documentos, poderá esta, discricionariamente, tomar medidas apropriadas para tanto.

- d Caso após procedimento administrativo da SES-MG, ficar comprovado que empregado da ENTIDADE BENEFICIADA ou de quem atue em seu lugar, quando for o caso, incorreu em práticas corruptas, a SES-MG poderá declarar inelegíveis a ENTIDADE BENEFICIADA e/ou seus empregados diretamente envolvidos nas práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar de futuras Licitações ou Contratos.
- e Com os propósitos dessa disposição, são considerados os seguintes termos:
  - 1 "prática corrupta" significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de aquisição ou execução do Contrato; e
  - 2 "prática fraudulenta" significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de aquisição ou a execução de um Contrato em detrimento da Administração, e inclui prática conspiratória entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) destinados a

estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não-competitivos e privar o órgão licitante dos benefícios da competição livre e aberta;

- 3 "prática conspiratória" significa um esquema ou arranjos entre dois ou mais concorrentes, com ou sem o conhecimento do órgão licitante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos; e
- 4 "prática coercitiva" significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedade a fim de influenciar a participação delas no processo de aquisição ou afetar a execução de um contrato;
- 5 "prática obstrutiva" significa:
  - i destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Banco sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou
  - ii agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito da Administração de investigar e auditar.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- a Havendo contratação entre a ENTIDADE BENEFICIADA e terceiros, visando à execução de serviços vinculados ao objeto deste TERMO, tal contratação não induzirá à SES/MG em solidariedade jurídica, bem como não acarretará vínculo funcional ou empregatício, nem solidariedade às parcelas de obrigações trabalhistas, contribuições previdenciárias ou assemelhadas, eventualmente reclamadas.
- b Eventuais saldos de recursos ou de rendimentos de aplicação financeira só poderão ser utilizados após aprovação da SES.
- c Caso sejam detectados vícios de legalidade, na aplicação do recurso, a liberação financeira prevista neste TERMO estará condicionada à sua regularização.
- d É vedada a utilização dos recursos financeiros em finalidade diversa da estabelecida neste TERMO, ainda que em caráter de emergência, bem como para a realização das despesas a que se referem os incisos I, II, IV, V, VI e VII do art. 9º do Decreto estadual 45.468/2010;
- e Os recursos transferidos pela SES, enquanto mantidos nas contas bancárias específicas, cuja previsão de utilização for inferior a trinta dias, deverão ser aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, ou ainda em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, caso a previsão de utilização seja igual ou superior a trinta dias.
- f A não apresentação do processo de acompanhamento, controle e avaliação no prazo estipulado, ou a sua não aprovação ensejará a adoção, pela SES/MG, das medidas previstas no artigo 26 do Decreto Estadual nº 45.468, de 13 de setembro de 2010.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões suscitadas na execução deste Termo de Metas.

**SES/MG:**

Marcílio Dias Magalhães

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICAS E AÇÕES DE SAÚDE

**ENTIDADE BENEFICIADA:**

Octávio Miranda Junqueira

REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO TÉCNICO I DO TERMO DE METAS Nº878/7461**

**Sistema de pagamento e execução do recurso**

**I – REGRAS E CRONOGRAMA DE PAGAMENTO**

Com a finalidade de estabelecer as regras e o cronograma de pagamento ficam estabelecidos os seguintes procedimentos:

I.1 O valor total estimado para execução das ações e serviços de saúde para apoio à estruturação, ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais dos estabelecimentos inseridos no Plano de Contingência Macrorregional – Grade de Leitos do Estado de Minas Gerais para o enfrentamento do Coronavírus–COVID19, é de R\$ 115.000,00, conforme na Resolução SES-MG n.º 7.461, de 31 de março de 2021, e especificado no quadro abaixo:

**Quadro I – Programação Orçamentária**

<b>Anexo Técnico</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Fonte de Recurso</b>
Parcela excepcional	R\$ 115.000,00	Tesouro Estadual

I.2 Os pagamentos à **ENTIDADE BENEFICIADA** dar-se-ão nos seguintes termos:

I.2.1 O valor total deste Anexo será repassado em parcela única após a assinatura do Termo de Metas.

I.3 Conforme na Resolução SES-MG n.º 7.461, de 31 de março de 2021, para fins de execução do recurso repassado considera-se como itens relacionados à otimização do Sistema de Gases medicinais:

I - aquisição/locação de cilindros de oxigênio;

II - aquisição/ locação de concentrador de oxigênio;

III - compra de gases líquidos;

IV - reforma do sistema de gases;

V - compra de cateter nasal de alto fluxo;

VI - compra de componentes e insumos relativos ao sistema de gases;

VII - estruturação e aluguel de usinas; e

VIII - utilização do recurso para aquisição/ locação de equipamentos de ventilação não invasiva que possam reduzir o consumo de oxigênio ou ampliar a efetividade do seu uso (mediante justificativa fundamentada tecnicamente).

Parágrafo Único - Para fins de aquisição/ locação dos equipamentos relativos ao item VIII deve ser observada a seguinte ordem de prioridade:

I - ventilador com circuito de ramo duplo e reconhecimento de circuito e máscara não ventilada;

II - ventilador com circuito de ramo único com reconhecimento de circuito, válvula exalatória e máscara não ventilada; e

III - ventilador do tipo binível com garantia de volume, bateria interna, reconhecimento de circuito, válvula exalatória e máscara não ventilada.

## ANEXO TÉCNICO II DO TERMO DE METAS Nº878/7461

### Indicador de Monitoramento

Conforme na Resolução SES-MG n.º 7.461, de 31 de março de 2021, para fins de monitoramento será considerado o indicador descrito abaixo, que será apurado por meio Relatório de Monitoramento do Plano de Trabalho. O descumprimento desse indicador ensejará a devolução dos recursos devidamente corrigidos ao Fundo Estadual de Saúde.

- 1 INDICADOR: Percentual do Plano de Trabalho para ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais executado.
- 2 DESCRIÇÃO: O indicador objetiva mensurar a execução do plano de trabalho para ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais.
  - 1 MÉTODO DE CÁLCULO: Número de itens do plano de trabalho executado no prazo/Número de itens previstos no plano de trabalho\*100
  - 2 FONTE: Plano de trabalho para ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais, conforme Anexo II e Relatório de Monitoramento do Plano de Trabalho para ampliação e otimização do Sistema de Gases Medicinais, conforme Anexo IV.
  - 3 UNIDADE DE MEDIDA: Percentual
  - 4 POLARIDADE: Maior Melhor
  - 5 META: 100%
  - 6 NÚMERO DE PERÍODOS DE MONITORAMENTO: 4

PERIODICIDADE (DIAS): 30 dias

- 1 DATA INICIAL: A partir do recebimento do recurso.

O acompanhamento, controle e avaliação desse indicador e meta será realizado parcialmente por meio físico pelo SEI e no mês de setembro no SiG-RES, conforme cronograma abaixo:

#### Quadro II – Cronograma de apuração do indicador e meta

Período de Monitoramento	Apuração dos Resultados	Forma de apuração
maio	10 de junho	Em meio físico pelo SEI
junho	10 de julho	Em meio físico pelo SEI
julho	10 de agosto	Em meio físico pelo SEI
agosto	10 de setembro	Através do SiG-RES

A metodologia e os prazos de validação dos resultados referente ao cumprimento do indicador e meta pactuado serão divulgados em Nota Técnica específica.

**20 de Abril de 2021**

**Assinatura do Beneficiário - Assinado em: (20/04/2021 - 17:57:57)**

CN=OCTAVIO MIRANDA JUNQUEIRA:87576490659,OU=AR CUBOTECH SOLUCOES  
TECNOLOGICAS,OU=(EM BRANCO),OU=RFB e-CPF A3,OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB,O=ICP-Brasil,C=BR

**Código de validação: yLTqgqUgQH6eLiviXOtLuHxdiM=**

**Assinatura do SubSecretário - Assinado em: (23/04/2021 - 16:44:09)**

CN=MARCILIO DIAS MAGALHAES,OU=Assinatura Tipo A3,OU=Autenticado por AR  
PRODEMGE,O=ICP-Brasil,C=BR

**Código de validação: yLTqgqUgQH6eLiviXOtLuHxdiM=**



**PLANO DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS  
AMPLIAÇÃO E OTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE GASES MEDICINAIS – RESOLUÇÃO SES/MG  
Nº7.461, DE 31 DE MARÇO DE 2021**

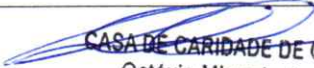
**1. DADOS CADASTRAIS**

**1.1 – IDENTIFICAÇÃO/DADOS DO BENEFICIÁRIO**

<b>Nome da Instituição Proponente</b> CASA DE CARIDADE DE OURO FINO	<b>CNPJ/MF</b> 23.020.456/0001-19	
<b>Endereço</b> Rua 13 de maio, 2054, Bairro Bela Vista	<b>CEP</b> 37.570.000	
<b>Cidade</b> OURO FINO	<b>Estado</b> MINAS GERAIS	
<b>Telefone da instituição</b> (35)3441.1059	<b>E-mail institucional:</b> <a href="mailto:santacasaourofino@gmail.com">santacasaourofino@gmail.com</a> <a href="mailto:superintendenciasantacasaof@hotmail.com">superintendenciasantacasaof@hotmail.com</a>	
<b>Nome do Responsável Legal da Instituição Proponente</b> Octávio Miranda Junqueira		
<b>Função</b> Presidente do Conselho de Administração	<b>RG</b> 23.307.209-3	<b>CPF/MF</b> 875764906-59
<b>Telefone</b> (35)3441.1059	<b>E-mail</b>	
<b>Endereço Residencial</b> Rua Ângelo Batista, 235, Centro	<b>CEP</b> 37.570.000	
<b>Nome do Responsável Técnico pela execução do Serviço</b> Casa de Caridade de Ouro Fino – Rodrigo Pellegrini Magaldi		

**1.2. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

Entidade Filantrópica - Gestão Dupla Nº de Leitos: 50 Nº de Leitos SUS: 36 Nº de Leitos não SUS: 14 Nº de Leitos destinados para Covid em Média Complexidade: 12 adultos e 2 pediátricos. A Casa de Caridade de Ouro Fino é um hospital geral, de caráter filantrópico, gestão dupla, atende a microrregião de Pouse Alegre na Macro Sul. Os atendimentos são de média complexidade. Oferece atendimentos de internações nas clínicas: médica, cirúrgica, ortopédica, pediátrica, ginecológica e obstétrica. Atendimentos em Pronto Socorro, fazendo parte da rede de Urgência e emergência Nível III. Atualmente referência para Covid em média complexidade abrangendo os municípios de: Ouro Fino, Inconfidentes, Monte Sião, Jacutinga, Bueno Brandão, Albertina e Jacutinga. Os atendimentos SUS compreendem entre 85 a 90%.
---

  
CASA DE CARIDADE DE OURO FINO  
Octávio Miranda Junqueira  
Presidente do Conselho de Administração



## 2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Estruturação, ampliação e otimização do sistema de gases medicinais, abrangendo aquisição de bens e custeio. Aquisição de fluxômetros para rede de gases, laringoscópios adultos e pediátricos, oxímetros de pulso, tomadas duplas para rede de gases, válvulas reguladoras para rede de gases, cilindros de oxigênio, gases medicinais, filtros HME, filtros HEPA, fios guias adultos e pediátricos, guias Bougy, mangueiras para ventiladores mecânicos, máscaras de Alta concentração, sondas de aspiração sistema fechado, máscaras faciais, total VNI e ressuscitadores manuais adulto e pediátricos.

## 3. JUSTIFICATIVA

Considerando que a Casa de Caridade de Ouro Fino, conforme plano de contingência macrorregional de enfrentamento a pandemia Covid – 19, referência em leitos clínicos Covid – 19 para microrregião. Diante do colapso da rede assistencial ao enfrentamento da pandemia, onde observa – se esgotamento dos leitos de UTI e clínico. Considerando ainda a demanda aumentada de internações de pacientes Covid – 19, principalmente em estado grave, houve um aumento considerável das necessidades de utilização de gases medicinais.


## 4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

4.1 Aquisição de bens- Consumo – Material de Consumo Hospitalar	
4.1 ETAPAS	Duração
4.1.1- Cotação para aquisição de insumos médico hospitalares para atender as demandas	20 dias
4.1.2- Aquisição dos insumos médico hospitalares para atender as demandas do hospital	Até 120 dias
4.1.3- Utilização dos insumos médico hospitalares para atender as demandas do hospital	120 dias

## 5. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

### 5.1 INVESTIMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTD.	UNITÁRIO	TOTAL
01	Aquisição de Cateter nasal de alto fluxo	unid.	4	R\$ 523,00	R\$ 2.092,00
02	Aquisição de fluxômetros para rede de gases	unid.	40	R\$ 125,00	R\$ 5.000,00
03	Aquisição de Kit cilindros de oxigênio com válvula reguladora e fluxometro de 03 metros cúbicos	unid.	01	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00
04	Aquisição de Kit cilindros de oxigênio com válvula reguladora e fluxometro de 01 metro cubico	unid.	01	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
05	Aquisição de Laringoscópios adulto/infantil com conjunto de lâminas	unid.	7	R\$ 495,00	R\$ 3.465,00
06	Aquisição de Oxímetros não invasivo adulto/infantil	unid.	2	R\$ 2.831,50	R\$ 5.663,00
07	Aquisição de Tomadas duplas com válvulas para rede de gases medicinais	unid.	30	R\$ 96,00	R\$ 2.880,00
08	Aquisição de Válvulas reguladora para rede de gases medicinais	unid.	20	R\$ 300,00	R\$ 6.000,00
09	Aquisição de Válvulas reguladoras para de cilindro de oxigênio(torpedo)	unid.	4	R\$ 280,00	R\$ 1.120,00
10	Sonda de aspiração sistema fechado	unid.	22	R\$ 140,00	R\$ 3.080,00
	<b>TOTAL</b>				R\$ 34.500,00

  
CASA DE CARIDADE DE OURO FINO  
Octávio Miranda Junqueira  
Presidente do Conselho de Administração  
CPF/MF 875.764.906-59





## 5.2 CUSTEIO

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUAN.	UNITÁRIO	TOTAL
01	Aquisição de Filtro HMF	unid.	52	R\$ 63,00	R\$ 3.276,00
02	Aquisição de Filtros tipo Hepa	unid.	52	R\$ 84,60	R\$ 4.399,20
03	Aquisição Fio guia adulto	unid.	5	R\$ 97,00	R\$ 485,00
04	Aquisição de Fio guia infantil	unid.	2	R\$ 77,00	R\$ 154,00
05	Aquisição de Guia Bougy	unid.	2	R\$ 78,00	R\$ 156,00
06	Aquisição de Mangueiras para ventiladores/ rede de gases medicinais	unid.	2	R\$ 189,40	R\$ 378,80
07	Aquisição de Máscara de alta concentração com reservatório	unid.	50	R\$ 64,00	R\$ 3.200,00
08	Aquisição de Máscara fácil total VNI	unid.	3	R\$ 1.322,00	R\$ 3.966,00
09	Aquisição de Ressuscitador manual adulto/infantil com bolsa e máscara	unid.	10	R\$ 271,00	R\$ 2.710,00
10	Serviço de fornecimento de oxigênio	M <sup>3</sup>	17.650	R\$ 3,50	R\$ 61.775,00
	<b>TOTAL</b>				R\$ 80.500,00

## 7.0 DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO


CONCEDENTE: SECRETARIA DO ESTADO

Valor	% recebido da SES	Data	% de aplicação /execução do recurso
R\$ 34.500,00	30%	Abril/2021	100%
R\$ 80.500,00	70%	Abril/2021	100%
R\$ 115.000,00	100%	120	

## 8.0 DO PRAZO

120 Dias a partir do efetivo recebimento do recurso.

Ouro Fino, 08 de abril de 2021.

  
CASA DE CARIDADE DE OURO FINO  
Octávio Miranda Junqueira  
Presidente do Conselho de Administração  
CPF/MF 875.764.906-59  
**Octávio Miranda Junqueira**  
Responsável legal pela proponente